

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA (P₃)**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **Caderno de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva. Caso queira assinar o texto de seu parecer jurídico, utilize apenas o nome **Procurador do Estado**. Ao texto que contenha outra forma de assinatura será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Ao domínio do conteúdo jurídico serão atribuídos até **70,00 pontos**, dos quais até **60,00 pontos** serão atribuídos ao desenvolvimento do tema e até **10,00 pontos**, à capacidade argumentativa; à técnica de redação e de exposição da linguagem (apresentação e estrutura textuais, coerência e coesão do texto e domínio da modalidade escrita) serão atribuídos até **30,00 pontos**.

-- PROVA DISCURSIVA (P₃) --

Parecer Jurídico

Um jornalista de um grande veículo de imprensa estadual protocolou pedido de acesso à informação, com fundamento na Lei n.º 12.527/2011, perante determinada secretaria de estado. No requerimento, solicitou, sem apresentar os motivos do pedido, cópia integral dos autos de um processo administrativo disciplinar (PAD) já finalizado e julgado. O referido PAD havia apurado denúncias de assédio moral praticado por servidor público ocupante de cargo de direção contra servidores a ele subordinados, tendo culminado na aplicação da penalidade de suspensão ao investigado. Os autos contêm, entre outros documentos, relatório da comissão processante, parecer jurídico, decisão administrativa, depoimentos de vítimas e testemunhas, mensagens eletrônicas, documentos funcionais e relatórios médicos e psicológicos. O pedido formulado pelo jornalista também abrange informações sobre a remuneração do servidor sancionado.

Considerando a situação hipotética apresentada, elabore parecer jurídico opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido formulado, com fundamento na legislação aplicável e na jurisprudência do STF. Em seu parecer, aborde toda a matéria jurídica pertinente ao caso, inclusive a dupla dimensão constitucional do acesso à informação e da publicidade administrativa. Dispense o relatório e não crie fatos novos.

PARECER JURÍDICO – RASCUNHO 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PARECER JURÍDICO – RASCUNHO 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARECER JURÍDICO – RASCUNHO 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

PARECER JURÍDICO – RASCUNHO 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	